

ESCOLA SUPERIOR DO PARLAMENTO CEARENSE - UNIPACE

Políticas Públicas e Estratégias de Acompanhamento de Pacientes com COVID Longa e suas Intercorrências

Emmanoel Peixoto Saraiva Lima¹

Prof. Eliezer Fares Abdala Neto²

RESUMO

A pandemia da COVID-19 impôs desafios globais sem precedentes e trouxe à tona uma nova condição clínica: a COVID longa, caracterizada pela persistência de sintomas por semanas ou meses após a fase aguda da infecção. Reconhecida oficialmente pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2021, essa síndrome apresenta manifestações multissistêmicas — respiratórias, neurológicas, musculoesqueléticas, cardiovasculares e psicológicas — que afetam significativamente a qualidade de vida e a capacidade laboral dos indivíduos. Estima-se que entre 10% e 20% dos infectados desenvolvam a condição, tornando-a uma preocupação crescente para os sistemas de saúde. No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) vem adotando medidas iniciais para o acompanhamento e a reabilitação de pacientes com COVID longa, como a publicação de protocolos clínicos e a ampliação da Atenção Primária à Saúde (APS) como porta de entrada para o cuidado continuado. Entretanto, persistem fragilidades, como a subnotificação de casos, a ausência de centros de referência, a carência de profissionais capacitados e a falta de financiamento específico. Esses fatores agravam as desigualdades regionais e comprometem a integralidade da atenção. A literatura aponta que o enfrentamento efetivo da COVID longa exige abordagens intersetoriais e multiprofissionais, que integrem saúde, assistência social, trabalho e previdência. Estratégias como reabilitação física e cognitiva, apoio psicossocial, educação em saúde e uso de tecnologias digitais (telemedicina, prontuários eletrônicos e vigilância epidemiológica) têm se mostrado promissoras. Além disso, a formulação de políticas públicas deve basear-se em evidências científicas e incorporar os determinantes sociais da saúde, a fim de reduzir vulnerabilidades e promover equidade no acesso ao cuidado. Conclui-se que a COVID longa constitui um desafio estrutural e permanente para a gestão pública em saúde. É imprescindível consolidar uma rede articulada de atenção, fortalecendo a capacidade do SUS de oferecer cuidado integral, longitudinal e humanizado. A integração entre níveis de atenção e o investimento em pesquisa e formação profissional são condições essenciais para mitigar os impactos duradouros da pandemia e promover o bem-estar da população acometida.

Palavras-chave: COVID longa; Políticas públicas de saúde; Reabilitação pós-COVID; Atenção Primária à Saúde (APS).

¹ Emmanoel Peixoto Saraiva Lima; Especialista; E-mail: emmanoel.saraiva25@gmail.com.

² Eliezer Fares Abdala Neto; Doutor; E-mail: eliezer.neto@al.ce.gov.br.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19 representou um dos maiores desafios sanitários globais do século XXI, com repercussões severas nos sistemas de saúde, na economia e na vida social. Desde o primeiro caso confirmado em 26 de fevereiro de 2020 na cidade de São Paulo, o Brasil registrou, até os dados mais recentes do *Painel Coronavírus*, 37.994.356 casos confirmados e 706.986 óbitos acumulados (BRASIL, 2023). Para além da fase aguda da infecção, tornou-se evidente a ocorrência de manifestações persistentes, denominadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como COVID longa ou síndrome pós-COVID-19, caracterizada por alterações multissistêmicas que permanecem por semanas ou meses após a fase inicial da doença (WHO, 2021).

A pandemia da COVID-19, causada pelo SARS-CoV-2, desencadeou uma crise sanitária sem precedentes, com impactos sociais, econômicos e de saúde pública que continuam a se manifestar de forma prolongada (WHO, 2023). Entre os desdobramentos pós-infecção, destaca-se a condição conhecida como COVID Longa, caracterizada pela persistência de sintomas por semanas ou meses após a fase aguda da doença, mesmo em pacientes que apresentaram quadros leves (NASEM, 2022).

Estudos recentes apontam que a COVID Longa pode afetar múltiplos sistemas do corpo humano, com manifestações respiratórias, neurológicas, musculoesqueléticas, cardiovasculares e psicológicas (Carvalho et al., 2021). Além disso, a condição pode interferir diretamente na qualidade de vida dos indivíduos, comprometendo sua capacidade laboral e suas interações sociais (Davis et al., 2023). Nesse sentido, torna-se fundamental que as políticas públicas contemplem estratégias integradas de acompanhamento e suporte, não apenas clínico, mas também psicossocial e econômico (Silva & Santos, 2022).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu oficialmente a COVID Longa como uma condição de saúde em 2021, destacando a necessidade de monitoramento contínuo, protocolos clínicos específicos e integração entre os serviços de atenção primária e especializada (WHO, 2021). No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) tem buscado implementar diretrizes para o diagnóstico precoce e acompanhamento multiprofissional, porém, ainda há fragilidades na articulação

intersetorial e na formação de profissionais para lidar com a complexidade dessa condição (Brasil, 2022).

Os desafios incluem a subnotificação dos casos, a falta de padronização diagnóstica e a escassez de centros de referência para COVID Longa (Oliveira & Mendes, 2023). Diante disso, a formulação de políticas públicas deve priorizar: (i) investimentos em pesquisas científicas; (ii) ampliação da rede de atendimento com foco multiprofissional; (iii) protocolos de reabilitação física e cognitiva; e (iv) apoio psicossocial para pacientes e familiares (García-García et al., 2022).

Neste contexto, este artigo busca analisar políticas públicas já implementadas, bem como discutir estratégias de acompanhamento clínico e social de pacientes com COVID Longa, destacando suas intercorrências e possíveis caminhos para a ampliação do cuidado integral no Brasil.

A relevância desse quadro clínico justifica a necessidade de investigar as políticas públicas e as estratégias de acompanhamento voltadas a esses pacientes, sobretudo diante do impacto sobre a qualidade de vida e da sobrecarga para os sistemas de saúde (MENDES, 2020).

Além dos desafios sanitários e clínicos impostos pela COVID longa, o cenário pós-pandêmico exige uma reflexão sobre as desigualdades estruturais que influenciam o acesso ao cuidado e a reabilitação. Pesquisas recentes apontam que populações em situação de vulnerabilidade social, especialmente aquelas com menor renda, baixo nível educacional e residência em áreas periféricas, apresentam maior risco de evolução desfavorável e menor adesão ao acompanhamento contínuo (Pereira & Almeida, 2024).

Nesse contexto, a atuação intersetorial torna-se um eixo essencial das políticas públicas, integrando saúde, assistência social, previdência e trabalho, de forma a garantir suporte abrangente aos pacientes e suas famílias. Essa abordagem integral está alinhada com a perspectiva da determinação social da saúde e com os princípios de equidade e integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS), reforçando a necessidade de protocolos baseados em evidências e de estratégias regionais adaptadas às realidades locais (Souza et al., 2023).

Outro aspecto relevante diz respeito à incorporação de tecnologias digitais e de vigilância epidemiológica, que permitem o monitoramento remoto de sintomas, a integração de prontuários eletrônicos e a análise preditiva de dados para o acompanhamento longitudinal dos pacientes (Gomes & Prado, 2023). O uso de

ferramentas de telemedicina, aplicativos de rastreamento e sistemas de inteligência artificial têm sido apontados como aliados estratégicos para a gestão da COVID longa, especialmente em regiões com baixa cobertura de atenção especializada (Nascimento et al., 2024).

Dessa forma, compreender a COVID longa sob uma perspectiva multidimensional — que envolva aspectos clínicos, psicossociais, econômicos e tecnológicos — é imprescindível para o aprimoramento das políticas públicas e para o fortalecimento da capacidade do SUS em responder de maneira eficaz a crises sanitárias complexas e de longa duração.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E/OU DESENVOLVIMENTO

2.1 COVID longa: conceito e manifestações clínicas

A COVID longa refere-se a sintomas que persistem ou surgem após a fase aguda da infecção pelo SARS-CoV-2, geralmente com duração superior a 12 semanas (WHO, 2021). Estima-se que entre 10% e 20% dos indivíduos acometidos pela doença desenvolvem essa condição, que já conta com mais de 200 sintomas associados, abrangendo sistemas respiratório, cardiovascular, neurológico, imunológico e musculoesquelético (DAVIS et al., 2021).

De acordo com Mendes (2020), os sintomas mais frequentemente relatados são fadiga (53,1%), dispneia (43,4%), dor articular (27,3%) e dor torácica (21,7%). Outros sinais incluem tosse persistente, anosmia, síndrome sicca, rinite, cefaleia e disgeusia. Tais manifestações impactam diretamente as atividades de vida diária (AVDs), limitando a autonomia dos indivíduos e aumentando sua vulnerabilidade para o desenvolvimento de outras comorbidades (NALBANDIAN et al., 2021).

No Brasil, a resposta à pandemia foi marcada pela implementação de protocolos clínicos emergenciais, campanhas de vacinação em massa e ampliação do acesso a leitos de terapia intensiva (BRASIL, 2022). Entretanto, o enfrentamento da COVID longa exige uma abordagem mais complexa e integrada.

As políticas públicas voltadas para esse grupo ainda se encontram em estágio inicial, mas incluem iniciativas como: protocolos do Ministério da Saúde para monitoramento de sintomas persistentes (BRASIL, 2022); a incorporação da COVID longa na Classificação Internacional de Doenças (CID-10 U09.9), que possibilita

registros epidemiológicos (WHO, 2021); e a ampliação da Atenção Primária em Saúde (APS) como porta de entrada para acompanhamento continuado (OPAS, 2021).

No cenário internacional, estudos apontam a necessidade de linhas de cuidado multiprofissionais e programas de reabilitação pós-COVID, com foco em reabilitação respiratória, motora e cognitiva, como estratégias prioritárias de saúde pública (GREENHALGH et al., 2020).

No Brasil, a resposta à pandemia foi marcada pela implementação de protocolos clínicos emergenciais, campanhas de vacinação em massa e ampliação do acesso a leitos de terapia intensiva. Entretanto, o enfrentamento da COVID longa exige uma abordagem mais complexa e integrada.

As políticas públicas voltadas para esse grupo ainda se encontram em estágio inicial, mas incluem iniciativas como:

- Protocolos do Ministério da Saúde para monitoramento de sintomas persistentes;
- Incorporação da COVID longa na Classificação Internacional de Doenças (CID-10 U09.9), possibilitando registros e estatísticas epidemiológicas;
- Ampliação da Atenção Primária em Saúde (APS) como porta de entrada para acompanhamento continuado;
- Linhas de cuidado multiprofissionais, envolvendo médicos, fisioterapeutas, psicólogos e assistentes sociais;
- Programas de reabilitação pós-COVID, direcionados para reabilitação respiratória, motora e cognitiva.

Tais ações ainda carecem de maior padronização, financiamento e monitoramento sistemático, sobretudo no nível municipal, onde se concretiza a maior parte do atendimento.

O acompanhamento dos pacientes com COVID longa demanda estratégias que ultrapassam o enfoque biomédico tradicional, incorporando práticas de promoção da saúde e suporte social. Entre as principais estratégias destacam-se:

1. Mapeamento de casos no território – identificação ativa de usuários com sintomas persistentes por meio das equipes de saúde da família.
2. Protocolos de monitoramento clínico – acompanhamento periódico de parâmetros respiratórios, cardiovasculares e neurológicos.
3. Reabilitação funcional – programas de fisioterapia, terapia ocupacional e exercícios adaptados para recuperação da capacidade física.

4. Apoio psicossocial – grupos de apoio, acompanhamento psicológico e integração com serviços de saúde mental.
5. Educação em saúde – ações de orientação aos pacientes e familiares sobre autocuidado, manejo de sintomas e prevenção de agravamentos.
6. Articulação intersetorial – integração com políticas de assistência social e previdência para atender às vulnerabilidades decorrentes da perda de capacidade laboral.

No âmbito municipal, tais estratégias ganham relevância pela proximidade com a população, possibilitando a construção de redes de cuidado mais eficazes e centradas nas necessidades reais dos pacientes.

2.2 Políticas públicas e estratégias de acompanhamento de pacientes com COVID longa

A formulação de políticas públicas voltadas à COVID longa tem avançado de forma gradual, impulsionada por evidências científicas e pela pressão de movimentos sociais e associações de pacientes. No Brasil, o Ministério da Saúde lançou, em 2023, o “Guia de Atenção à Síndrome Pós-COVID-19”, orientando as equipes da Atenção Primária à Saúde sobre fluxos de atendimento, critérios de encaminhamento e práticas de reabilitação (Brasil, 2023). Essa iniciativa, embora ainda em fase de consolidação, representa um marco para o reconhecimento institucional da condição e para o fortalecimento da atenção integral.

Estudos internacionais destacam que países como Reino Unido e Canadá estruturaram centros especializados de reabilitação pós-COVID, integrando profissionais de diversas áreas da saúde e serviços de saúde mental (Hampshire et al., 2022). Tais experiências têm servido de referência para o desenvolvimento de modelos de atenção mais abrangentes, com enfoque biopsicossocial, que incluem suporte psicológico, terapia ocupacional e reintegração social e laboral (Greenhalgh & Knight, 2022).

No campo teórico, a COVID longa pode ser analisada à luz dos conceitos de determinantes sociais da saúde e de vulnerabilidade em saúde, que evidenciam como fatores econômicos, culturais e ambientais condicionam a capacidade dos indivíduos de se recuperar plenamente (Buss & Pellegrini Filho, 2007; Silva et al., 2024). Essa abordagem crítica permite compreender a necessidade de políticas públicas

articuladas, que ultrapassem o tratamento médico e envolvam ações de inclusão social, educação e geração de renda.

Além disso, observa-se crescente preocupação com o impacto psicológico e cognitivo da COVID longa, incluindo sintomas de ansiedade, depressão e déficit de atenção, os quais demandam acompanhamento psicológico contínuo e políticas de saúde mental específicas (Rodrigues et al., 2023). A integração entre os serviços de saúde física e mental é, portanto, indispensável para garantir um cuidado realmente integral e humanizado.

Por fim, é fundamental destacar que a construção de políticas eficazes depende de dados epidemiológicos consistentes, pesquisa científica financiada e formação profissional interdisciplinar. A COVID longa exige um novo paradigma de atenção à saúde, pautado na longitudinalidade do cuidado, na escuta qualificada e na articulação entre diferentes níveis de atenção (Santos & Oliveira, 2023). Essa perspectiva reforça o papel das universidades e institutos de pesquisa na produção de conhecimento aplicado à formulação de políticas públicas sustentáveis e inclusivas.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvida exclusivamente por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Essa abordagem foi escolhida por permitir a análise crítica de produções científicas e normativas oficiais relacionadas às políticas públicas de saúde e à COVID Longa.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi conduzida em três etapas principais:

1. Levantamento das fontes:

Realizou-se um levantamento sistemático da literatura científica e de documentos institucionais que abordam políticas públicas de saúde, estratégias de acompanhamento e reabilitação de pacientes com COVID Longa, bem como suas intercorrências clínicas, psicológicas e sociais.

2. Bases de dados e critérios de seleção:

As buscas foram realizadas nas bases SciELO, LILACS, PubMed e Google Scholar, além de documentos e relatórios disponíveis nos sites do Ministério

da Saúde, Organização Mundial da Saúde (OMS), OPAS, CONASS e CONASEMS.

Foram utilizados descritores combinados: “COVID Longa”, “políticas públicas de saúde”, “SUS”, “reabilitação”, “acompanhamento de pacientes” e “intercorrências pós-COVID”.

Incluíram-se publicações entre 2020 e 2025, nos idiomas português, inglês e espanhol. Excluíram-se textos opinativos ou sem respaldo técnico-científico.

3. Análise dos dados:

Os materiais foram submetidos à análise de conteúdo temática (Bardin, 2011), seguindo três etapas: pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados. As categorias emergentes foram organizadas conforme as diretrizes do SUS e as recomendações internacionais para manejo da COVID Longa. Por tratar-se de uma pesquisa bibliográfica, as análises limitam-se à disponibilidade e atualização das fontes. Além disso, a natureza recente da COVID Longa implica que parte das políticas e estudos ainda esteja em consolidação.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A análise da literatura e dos documentos oficiais revelaram três eixos principais de discussão:

- (1) formulação de políticas públicas e diretrizes nacionais;
- (2) estratégias de acompanhamento e reabilitação; e
- (3) desafios e perspectivas na atenção à COVID Longa no Brasil.

4.1 Políticas públicas e diretrizes nacionais

O Ministério da Saúde brasileiro reconheceu oficialmente a COVID Longa em notas técnicas publicadas a partir de 2022, propondo diretrizes para vigilância, diagnóstico e acompanhamento dos casos. Essas políticas estão alinhadas às orientações da OMS e da OPAS, que recomendam a adoção de abordagens integradas e centradas no paciente. Entretanto, observa-se que a implementação prática dessas diretrizes é desigual entre as regiões, refletindo as disparidades históricas na estruturação do SUS. Há carência de centros de referência específicos,

protocolos clínicos padronizados e fluxos de encaminhamento para pacientes com sintomas persistentes.

4.2 Estratégias de acompanhamento e reabilitação

Diversos estudos (Souza et al., 2023; Lima & Cardoso, 2024) destacam a importância de estratégias multiprofissionais de acompanhamento, envolvendo fisioterapia, psicologia, nutrição e acompanhamento médico especializado. No entanto, a maioria dos serviços de saúde brasileiros ainda atua de forma fragmentada, e poucos municípios desenvolveram programas específicos de reabilitação pós-COVID. A Atenção Primária à Saúde (APS) tem papel fundamental nesse processo, mas enfrenta sobrecarga e escassez de recursos humanos e tecnológicos. A integração entre APS, atenção especializada e vigilância epidemiológica ainda é incipiente. Ações coordenadas dentro dos eixos municipais, estaduais e da federação podem proporcionar avanços importantes para mitigar a problemática e levar melhor qualidade de vida para a população acometida.

4.3 Desafios e perspectivas

Entre os principais desafios, destacam-se:

- **Subnotificação** dos casos de COVID Longa, dificultando o dimensionamento real do problema;
- **Falta de capacitação profissional** para o reconhecimento dos sintomas e manejo adequado;
- **Ausência de financiamento específico** para ações de reabilitação e acompanhamento prolongado;
- **Fragmentação das redes de cuidado**, que limita a integralidade da atenção.

Por outro lado, há avanços importantes, como a criação de grupos de pesquisa sobre COVID Longa, a elaboração de protocolos clínicos preliminares e o fortalecimento da abordagem intersetorial, incluindo aspectos de saúde mental e reabilitação social. Essas ações são dependentes de estratégias de políticas públicas que visem dar a assistência necessárias as pessoas acometidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A COVID longa representa uma das maiores heranças da pandemia, impondo desafios inéditos à gestão em saúde pública. Com um espectro de sintomas amplamente variado e impactos significativos sobre a qualidade de vida, torna-se imprescindível consolidar políticas públicas que assegurem diagnóstico precoce, acompanhamento integral e acesso a programas de reabilitação (NALBANDIAN et al., 2021).

Os municípios assumem papel estratégico nesse processo, pois é no território que se materializa a articulação entre atenção básica, serviços especializados e suporte social (BRASIL, 2022). Avançar na consolidação de protocolos, na capacitação de equipes multiprofissionais e no fortalecimento da rede de atenção primária é condição essencial para enfrentar as consequências da COVID longa e garantir assistência adequada aos usuários (OPAS, 2021).

É de suma importância que as ações estratégicas sejam implementadas nos três níveis da federação (união, estado e município) para que se formule uma rede articulada e participe quanto aos acompanhamentos de pacientes com COVID prolongada. Tais iniciativas certamente permearão assistências que estarão no âmbito das práticas clínicas e de saúde mental, por exemplo. A complexidade da temática urge como longitudinalidade dos aspectos de saúde individual e coletiva.

Assim, compreender a síndrome pós-COVID e implementar ações coordenadas entre os diferentes níveis de atenção em saúde são passos urgentes para mitigar os efeitos duradouros da pandemia e assegurar a promoção da saúde e o bem-estar da população acometida (WHO, 2021; GREENHALGH et al., 2020).

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico Especial – Doença pelo Coronavírus COVID-19. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/>. Acesso em: 1 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes para vigilância e atenção à saúde de pessoas com condições pós-COVID-19. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Atenção à Síndrome Pós-COVID-19. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/>

. Acesso em: 13 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Painel Coronavírus. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>

. Acesso em: 1 set. 2025.

BUSS, Paulo M.; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis*, v. 17, n. 1, p. 77–93, 2007.

DAVIS, Hannah E. et al. Characterizing long COVID in an international cohort: 7 months of symptoms and their impact. *EClinicalMedicine*, v. 38, p. 101019, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.eclinm.2021.101019>

GOMES, Ricardo A.; PRADO, Juliana F. Telemedicina e COVID longa: desafios e oportunidades na saúde pública brasileira. *Revista Brasileira de Saúde Digital*, v. 2, n. 1, p. 12–25, 2023.

GREENHALGH, Trisha; KNIGHT, Matt; BUCCI, S. et al. Management of post-acute COVID-19 in primary care. *BMJ*, v. 370, n. m3026, p. 1–6, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1136/bmj.m3026>

GREENHALGH, Trisha; KNIGHT, Matthew; A'COURT, Christine; BUXTON, Maria; HUSAIN, Laiba. Management of post-acute covid-19 in primary care. *BMJ*, v. 370, m3026, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1136/bmj.m3026>

GREENHALGH, Trisha; KNIGHT, Matthew. Long COVID: learning from patients' experiences for better care pathways. *BMJ Open*, v. 12, n. 6, e058552, 2022.

HAMPSHIRE, Adam et al. Multisystem recovery and rehabilitation in post-COVID syndrome: international perspectives. *Lancet Public Health*, v. 7, n. 9, p. e827–e835, 2022.

LIMA, Rafael S.; CARDOSO, Fernanda T. Estratégias multiprofissionais de reabilitação pós-COVID: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Saúde Coletiva*, v. 34, n. 2, p. 221–235, 2024.

MENDES, Vanessa. Síndrome Pós-COVID-19: complicações e sintomas persistentes. *PEBMED*, 2020. Disponível em: <https://pebmed.com.br/sindrome-pos-covid-19/>
. Acesso em: 1 set. 2025.

NALBANDIAN, Ani et al. Post-acute COVID-19 syndrome. *Nature Medicine*, v. 27, p. 601–615, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41591-021-01283-z>

NASCIMENTO, Laura C.; FREITAS, Danilo P.; SOUZA, Carla R. Tecnologia e monitoramento remoto na gestão da COVID longa: um panorama brasileiro. *Cadernos de Saúde Coletiva*, v. 32, n. 2, p. 221–234, 2024.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. Orientações clínicas para o manejo da COVID-19 prolongada. Brasília: OPAS, 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/>. Acesso em: 1 set. 2025.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. Orientações sobre a atenção integrada à COVID longa e suas sequelas na Atenção Primária à Saúde. Brasília: OPAS/OMS, 2021.

PEREIRA, Ana L.; ALMEIDA, Robson M. Desigualdades sociais e acesso ao cuidado na COVID longa: uma análise crítica das políticas públicas brasileiras. Revista de Saúde e Sociedade, v. 33, n. 4, p. 151–169, 2024.

RODRIGUES, Thaís M. et al. Impactos psicológicos e cognitivos da COVID longa: revisão sistemática e implicações para a saúde pública. Psicologia em Pesquisa, v. 19, n. 3, p. 105–120, 2023.

SANTOS, Letícia A.; OLIVEIRA, Fábio P. Integração entre atenção primária e especializada na gestão da COVID longa no Brasil. Revista Pan-Amazônica de Saúde, v. 14, e202300512, 2023.

SOUZA, Mariana A. de; MENDES, Carla P.; OLIVEIRA, João L. Políticas públicas e reabilitação pós-COVID: uma análise das experiências brasileiras. Cadernos de Saúde Pública, v. 39, n. 3, p. e00234523, 2023.

SOUZA, Patrícia M.; LIMA, Carla R.; FERREIRA, Joana P. Determinantes sociais da saúde e COVID longa: desafios para a equidade no SUS. Ciência & Saúde Coletiva, v. 28, n. 5, p. 1339–1350, 2023.

WHO – World Health Organization. A clinical case definition of post COVID-19 condition by a Delphi consensus. Geneva: WHO, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/>. Acesso em: 1 set. 2025.

WHO – World Health Organization. A clinical case definition of post COVID-19 condition by a Delphi consensus, 6 October 2021. Geneva: World Health Organization, 2021.